

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA GUINÉ-BISSAU: DEPENDÊNCIA DA IMPORTAÇÃO DE ARROZ E OS DESAFIOS NA SOBERANIA ALIMENTAR¹

Aminata Camará²

RESUMO

O presente artigo visa analisar a segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau, a dependência da importação de arroz e os desafios relacionados à soberania alimentar. Para atingir esse propósito, utilizamos o método qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa destaca o grande potencial agrícola do país, graças à fertilidade do solo e às chuvas abundantes, que favorecem a produção de arroz, alimento base da dieta guineense (ONU, 2016). Os agricultores locais não utilizam fertilizantes ou agrotóxicos, e, segundo Djaló (2013), nunca houve o uso de agrotóxicos no melhoramento genético das plantações, condições fundamentais para a garantia da segurança alimentar e nutricional. No entanto, o país depende significativamente da importação para abastecer seu mercado interno. De acordo com a ONU (2016), a Guiné-Bissau está entre os maiores consumidores de arroz na África Ocidental, com uma média de 130 kg por pessoa ao ano. A importação de alimentos gera impactos negativos na saúde pública do país, devido à alta presença de produtos químicos e práticas inadequadas, como a troca de embalagens de produtos vencidos, incluindo o arroz (Correia, 2021). Dessa forma, os produtos importados apresentam qualidade inferior em comparação aos produtos locais, colocando em risco a segurança alimentar e nutricional da população. Concluímos que a escassez resultante do déficit de produção local afeta significativamente as zonas rurais, comprometendo a segurança alimentar e nutricional da maior parte da população. Isso priva os cidadãos do direito à alimentação segura, nutritiva, de qualidade e em quantidade suficiente, conforme estabelecido no Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: segurança alimentar - Guiné-Bissau; arroz - comércio; soberania alimentar.

ABSTRACT

This article aims to analyze food and nutrition security in Guinea-Bissau, the dependence on rice imports, and the challenges related to food sovereignty. To achieve this, we used the qualitative method through bibliographical and documentary research. The research highlights the country's great agricultural potential, thanks to the fertility of the soil and abundant rainfall, which favors the production of rice, a staple of the Guinean diet (UN, 2016). Local farmers do not use fertilizers or pesticides, and according to Djaló (2013), there has never been any use of pesticides in the genetic improvement of crops, which are fundamental conditions for guaranteeing food and nutritional security. However, the country depends significantly on imports to supply its domestic market. According to the UN (2016), Guinea-Bissau is among the largest consumers of rice in West Africa, with an average of 130 kg per person per year. Food imports have a negative impact on the country's public health due to the high presence of chemical products and inadequate practices, such as changing the packaging of expired products, including rice (Correia, 2021). Thus, imported products are of inferior quality compared to local products, putting the population's food and nutritional security at risk. We conclude that the scarcity resulting from the deficit in local production significantly affects rural areas, compromising the food and nutritional security of the majority of the population. This deprives citizens of the right to safe, nutritious, quality food in sufficient quantity, as established in Article 25 of the Universal Declaration of Human Rights.

Keywords: food security - Guinea-Bissau; rice - trade; food sovereignty.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

² Bacharela em Humanidades e Licencianda em Ciências sociais pela UNILAB. Membro de Grupo de Pesquisa em Educação Afrocentrada - UNILABA.

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau localiza-se na costa ocidental da África, com uma superfície total de 36.125 km². Faz fronteira ao norte com a República do Senegal e ao sul e leste com a República da Guiné-Conacri. Conforme o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, o país possui uma população de 2.209.772 habitantes (ONU; Country Meters+, 2025). O país apresenta um grande potencial agrícola devido à sua localização na zona costeira e ao clima tropical, que torna a maioria de seu território arável. O país conta com chuvas abundantes, especialmente no mês de agosto, predominantemente na região sul. Essa combinação de alta pluviosidade e solos férteis cria condições ideais para o cultivo de arroz, o principal alimento de subsistência da população guineense. Essa afirmação reforça que o país dispõe de um alto potencial agrícola, capaz de suprir a autossuficiência em todo o território nacional. Isso pode assegurar a soberania alimentar, frequentemente associada ao fortalecimento da produção local e sustentável, alinhada a uma perspectiva nutricional adequada. Essa capacidade agrícola pode proporcionar autonomia alimentar, reduzindo a dependência externa e diminuindo significativamente a importação de produtos.

De acordo com a ONU (2016), o país está entre os maiores consumidores de arroz na África Ocidental, com uma média de 130 kg anuais por pessoa. No entanto, a produção local não é suficiente para atender à demanda nacional, resultando em uma dependência de importações. Para enfrentar esse desafio, o governo da Guiné-Bissau tem aumentado a importação desse cereal essencial para a alimentação da população.

Com efeito, a importação, além de gerar dependência externa, é frequentemente associada a uma qualidade inferior em comparação aos produtos locais. Além disso, os perigos dos produtos ultraprocessados importados acarretam sérios problemas de insegurança alimentar e nutricional no país, conforme apontado por Malta, D. C. *et al.* (2023). A nutricionista guineense Cadijatu Baldé Bary (2021) afirma que esses produtos têm qualidade inferior aos locais. Muitos alimentos, especialmente o arroz, são produzidos com fertilizantes e agrotóxicos prejudiciais à saúde e ao solo, ainda Bary destaca que o arroz industrializado, devido ao uso de fertilizantes, agrotóxicos e conservantes, tem valores nutricionais reduzidos. Portanto, a importação de mercadorias, especialmente alimentos, pode afetar a saúde da população devido à presença de elementos químicos. Na Guiné-Bissau, é comum a troca de embalagens de produtos vencidos por comerciantes, prática que também envolve o arroz (Correia, 2021).

A partir de uma perspectiva endógena da produção, Bary (2021) destaca que os agricultores familiares na Guiné-Bissau não necessitam do uso de fertilizantes ou agrotóxicos em suas plantações, especialmente de arroz. Segundo a autora, tanto na plantação quanto no processo de descascamento do arroz pilado, desde tempos antigos até os dias de hoje, não foram utilizados agrotóxicos para melhorar a produção e comercialização. Isso evidencia a alta qualidade dos produtos locais, que além de serem benéficos para a saúde da população, também impulsionam o crescimento econômico do país. No entanto, a falta de políticas públicas e incentivos direcionados aos agricultores locais impede que essa produção sustente a população por um período prolongado. Como consequência, muitos consumidores acabam recorrendo a produtos importados, especialmente o arroz, sendo o alimento básico dos guineenses.

A segurança alimentar apoia-se sob três pilares fundamentais entre os quais: a disponibilidade, acesso e consumo adequado dos alimentos sob aparatos nutricionais, por outros lados, a insegurança alimentar vai em contramão dos três pilares supramencionados, isto é, verifica-se quando há uma carência física, econômica e social dos alimentos para saciar as necessidades nutricionais dos indevidos. Essas explicações se inspiraram nas orientações conforme a definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2023).

A insegurança alimentar na Guiné-Bissau é analisada quando a produção local não atende às necessidades da população, o que afeta significativamente a disponibilidade, o acesso e o consumo adequado dos alimentos para a grande maioria, permitindo a importação em larga escala de produtos considerados de primeira necessidade. Por exemplo: arroz, açúcar, farinha, óleo entre outros (Pinto, 2009).

Escassez decorrente do déficit da produção local, afeita significativamente as zonas rurais, em algumas tabancas (aldeias) como Cacine se depara com problemas de transporte para fazer chegar os produtos importados nessas localidades devido às más condições da estrada, o que dificulta ou impossibilita a entrada dos transportes, principalmente das mercadorias, sobretudo na época chuvosa. O que obriga populações a recorrerem aos meios de transportes alternativos adequados às condições rodoviárias, como as motorizadas, para procura desses produtos.

Diante da evidente desigualdade social, grande parte da população não tem recursos econômicos para acessar meios de transporte alternativos para mobilidade e escoamento de produtos alimentícios. Assim, as feiras populares, conhecidas como "aluno" na Guiné-Bissau, ocorrem semanalmente, permitindo que a população adquira produtos de acordo com suas condições econômicas, embora isso raramente assegure uma alimentação saudável.

Para Bambo Sanha, secretário-geral da Associação de Defesa do Consumidor de Bens e Serviços (ACOBES), em declarações à DW (2024), a situação é preocupante: "Mesmo com dinheiro, a população não consegue encontrar arroz. Isso tem consequências muito negativas, como o consumo de produtos de origem duvidosa para o consumo humano. Em algumas ocasiões, produtos fora do prazo de validade começam a circular, pois não há alternativa para a população." Portanto, fica evidente que a falta de produção agrícola e a dependência de produtos importados têm contribuído significativamente para a insegurança alimentar no país.

Para processo de importação de arroz, a Direção-Geral das Alfândegas da Guiné-Bissau esclareceu que o país importa entre 130 e 240 mil toneladas por ano. Isso tem levado as pessoas a comercializarem e consumirem mais o arroz importado que o arroz local, conhecido como "arus de pilon" (arroz de pilão). Na mesma declaração à DW, Sanha afirma que o país importa cerca de 150 mil toneladas do produto anualmente. Com base no anúncio do governo, a distribuição de 5.000 toneladas de arroz é insignificante em relação ao total consumido pela população (Sanha, 2024). Portanto, A importação de mercadorias, especialmente alimentos, pode afetar a saúde da população devido à presença de elementos químicos. Na Guiné-Bissau, é comum a troca de embalagens de produtos vencidos por comerciantes, prática que também envolve o arroz (Correia, 2021).

A escolha do tema deste artigo, deve-se à minha experiência como guineense, pesquisadora e conhecedora da realidade socioeconômica e a produção agrícola na zona Sul da Guiné-Bissau, concretamente na região Tombali, como a província, que contribui bastante no abastecimento do mercado guineense em termos de alimentos produzidos localmente tem como objetivo analisar a problemática da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau e a dependência da importação de arroz e os desafios para a autonomia alimentar. Assim, para compreender os impactos da importação de arroz na autonomia e segurança alimentar da Guiné-Bissau, bem como identificar de que forma essa prática afeta negativamente a produção local, especialmente nas zonas rurais.

Para alcançar o propósito deste trabalho, optamos pelo método qualitativo, utilizando pesquisa documental e bibliográfica. Segundo Gil (2008), a pesquisa documental é semelhante à bibliográfica, porém a principal diferença reside no fato de que a pesquisa documental se concentra na análise de documentos que ainda não foram tratados ou publicados, mas que podem ser aproveitados conforme os objetivos da pesquisa. Assim, analisamos documentos como relatórios de importações de arroz com parceiros comerciais, informações obtidas por órgãos de comunicação social que esclarecem sobre essa dependência, além de dados relacionados à insegurança alimentar na Guiné-Bissau. Além da introdução, o presente artigo

está constituído por três seções nomeadamente: Segurança, soberania e autonomia alimentar na Guiné-Bissau, Insegurança Alimentar na Guiné-Bissau e A importação, comercialização de arroz: um dilema para a soberania alimentar em Guiné-Bissau.

2 SEGURANÇA, SOBERANIA E AUTONOMIA ALIMENTAR NA GUINÉ-BISSAU

A segurança alimentar e nutricional é um direito garantido a todos, assegurando uma alimentação segura, de qualidade e em quantidade suficiente. Essa afirmação é fundamentada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 25, que estabelece: "Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado para si e sua família, garantindo saúde e bem-estar, especialmente no que diz respeito à alimentação" (ONU, 1948).

Com base neste artigo, compreende-se que a segurança e a autonomia alimentar são direitos universais de todos os cidadãos, independentemente de raça, etnia, classe social ou localização geográfica. Contudo, observa-se que esse direito está limitado a uma pequena parcela da população mundial, excluindo, assim, a maioria, especialmente em países em desenvolvimento, como é o caso da Guiné-Bissau.

A segurança alimentar é vista como um conjunto de medidas que visam dar condições para que as pessoas tenham acesso à alimentação segura, nutritiva, de qualidade e quantidade suficiente para atender às suas necessidades. Segundo CONSEA (2012, p. 4):

Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A segurança alimentar e nutricional abrange mais do que a quantidade de alimentos, incluindo a qualidade e o valor nutricional. Produtos abundantes, mas de baixa qualidade, podem causar problemas de saúde. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação FAO (2009) afirma que a dimensão nutricional é crucial para a segurança alimentar. Pois alimentos seguros e nutritivos ajudam a prevenir doenças como gastrite e diabetes, sendo elemento essencial nesse contexto. A mesma organização destaca quatro pilares da segurança alimentar FAO (2009 *apud* Alabrese, 2019, p. 2), que são: “disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade”. A disponibilidade “configura no acúmulo de alimentos à

disposição em todo território, com a produção em todas as maneiras domésticas, importações, estoques de alimentos e ajuda alimentar.”

O acesso refere-se à maneira pela qual se pode obter alimentos, incluindo sua distribuição e disponibilidade, especialmente em áreas de difícil acesso. A utilização diz respeito ao modo como empregamos os produtos para nosso bem-estar. Por último, a estabilidade se refere ao equilíbrio entre escassez e abundância, como produtos alimentícios, por exemplo, o arroz. Essas instabilidades muitas vezes não ocorrem conforme as orientações das organizações internacionais nos países empobrecidos como a Guiné-Bissau, principalmente nas zonas rurais devido a dependência externa para subsistência alimentar. Igualmente, para Maluf e Menezes (2000, p. 2): Desse modo, para sua garantia firme, forte e permanente da segurança alimentar depende muito dos três principais pontos supramencionados

Conforme os mesmos autores, a segurança alimentar e nutricional é interdependente; uma não pode existir sem a outra. Sua efetividade depende da colaboração entre governo e sociedade, respeitando os papéis de cada um. O direito à alimentação deve ser prioritário, acima de questões políticas ou econômicas, por estar ligado ao direito à vida. Os autores ressaltam que a segurança alimentar envolve interesses diversos e conflitantes, sendo um conceito em disputa e ainda em desenvolvimento.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito em permanente construção. A questão alimentar e nutricional está relacionada com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual sua concepção ainda é assunto debatido por variados segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo. Além disso, o conceito evolui à medida que avança a história e altera-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. (Maluf; Menezes, 2000, p. 3).

Maluf e Menezes (2000, p. 3) afirmam: "a segurança alimentar depende de um sistema que garanta a produção, distribuição e consumo de alimentos adequados, sem comprometer o futuro desses processos." Ou seja, produzir de uma forma sustentável. Portanto, a ausência de um desses elementos supramencionados pode criar crise e colocar em risco a segurança alimentar futuramente. Portanto, os autores destacam que o conceito vai além da garantia de condições para fornecer alimentos básicos com acesso físico e econômico. É crucial considerar tipos de alimentos, formas de acesso, origem, modo de produção e seus efeitos na saúde.

2.1 SOBERANIA E AUTONOMIA ALIMENTAR

A expressão soberania alimentar surgiu em 2001, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar em Cuba, e defende o direito de todos a alimentos saudáveis, respeitando tradições culturais. Promove a produção local, autossuficiência, proteção ambiental, sustentabilidade e autonomia comunitária. Por sua vez, a autonomia alimentar é a capacidade de indivíduos ou comunidades tomarem decisões informadas sobre sua alimentação, englobando a escolha dos alimentos, a forma de preparo e a compreensão de suas implicações nutricionais e de saúde. Essa autonomia é essencial para promover hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis, permitindo que as pessoas se sintam empoderadas em relação à sua dieta.

Sob essa perspectiva, a concretização da soberania e da autonomia alimentar exige que um povo tenha a capacidade de definir suas próprias políticas e estratégias relacionadas à produção, distribuição e consumo de alimentos. Essas políticas devem garantir uma alimentação sustentável, saudável, acessível e em quantidade adequada, respeitando as particularidades culturais e a diversidade nos modos de produção, comercialização e gestão (Leão, 2013). Para alcançar essa meta, é fundamental implementar políticas públicas que promovam a produção local de alimentos, alinhada aos hábitos alimentares da população, assegurando quantidade e qualidade suficientes de forma sustentável, em conformidade com os princípios que regem a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A soberania alimentar é uma área que prioriza a produção de alimentos voltada para o autoconsumo, como na agricultura familiar, contando com a intervenção do Estado como regulador ou mediador da economia. Essa atuação busca proteger o direito dos consumidores, promovendo a saúde pública e valorizando os saberes locais na produção de alimentos baseados nas culturas regionais. Nesse contexto, Hoyos e D'Agostini (2017) destacam que a soberania alimentar garante que cada nação tenha autonomia para produzir seus próprios alimentos básicos dentro de suas fronteiras, promovendo liberdade na produção e no desenvolvimento de capacidades próprias para conservação e cultivo de alimentos já existentes. De forma semelhante, Gomes (2019) ressalta que a paridade é essencial no conceito de soberania alimentar, especialmente em relação à qualidade dos alimentos produzidos no setor agrícola, analisando como esses alimentos são cultivados e em que condições.

Dessa forma, percebe-se que a soberania alimentar garante a cada nação o direito de desenvolver, com autonomia, a produção de alimentos básicos em seu território, sem depender de poderes externos. Essa autonomia inclui o direito à autodeterminação, permitindo decidir o que produzir, para que produzir, como produzir e para quem os alimentos serão destinados. Não

se trata apenas de produzir comida, mas também de promover autonomia, empoderamento, avanços tecnológicos, entre outros aspectos. Assim, o conceito de soberania alimentar é complexo, pois vai muito além dos resultados da agricultura, estando profundamente relacionado ao modo de vida, à dignidade e a diversos outros valores essenciais.

Por outro lado, a partir da análise da Cúpula Mundial da Alimentação e do Fórum Mundial para a Soberania Alimentar, considerando suas condições de concretização, objetivos e estratégias, destaca-se que a segurança alimentar e a soberania alimentar representam propostas que atendem a interesses "historicamente antagônicos" (Hoyos; D'Agostini, 2027). Nesse sentido, as autoras ressaltam que a soberania alimentar é o campo que mais dialoga com os campesinatos e trabalhadores urbanos, buscando garantir a autonomia na definição de suas produções e alimentos por meio de políticas públicas e estratégias próprias. Além disso, Alem *et al.* (2015) enfatizam que a soberania alimentar incorpora características fortemente associadas ao ideário revolucionário.

Ao passo que a segurança alimentar, além de focar mais nas possibilidades de acesso e de disponibilidade dos alimentos, “carrega em suas características um perfil conservador de manutenção da ordem com proposta de organismo/sistema multilateral” (Alem; Imbirussú *et al.*, 2015, p. 1). Em seguida, Castilla-Carrascal (2021), vai nos mostrar que existem duas principais diferenças entre a soberania e a segurança alimentar:

A primeira é que o conceito de soberania alimentar parte da constatação da assimetria nos mercados e apela ao papel equilibrador que pode ter um Estado democrático. Por outro lado, o conceito de segurança alimentar não pressupõe essa concentração do poder econômico nos elos da cadeia alimentar nem no comércio internacional de alimentos, ou não a deixa explícita. A segunda diferença entre a soberania e a segurança alimentar é sobre como se produzem os alimentos. (Castilla Carrascal, 2021, p. 9)

Portanto, com base nos conceitos apresentados, a segurança alimentar e a soberania, apesar de serem áreas fundamentais que fortalece as comunidades na composição de um sistema alimentar mais digno que lutam pelo bem-estar da população e destacam a problemática da partida de fome e da pobreza, também têm suas convergências e divergências que podemos observar partir da obra das autoras Hoyos e D'Agostini. Que salientam que a soberania alimentar reforça a ideia da segurança alimentar. Pois, para elas, a segurança alimentar sozinha não garante a soberania tanto na produção, na industrialização e em especial no abastecimento de alimentos. (Hoyos; D'Agostini, 2027).

3 INSEGURANÇA ALIMENTAR NA GUINÉ-BISSAU

A insegurança alimentar pode ser entendida como a falta de acesso constante a alimentos em quantidade e qualidade adequadas. Esse é um grande desafio enfrentado na Guiné-Bissau, principalmente em zonas rurais. Um exemplo concreto é a aldeia Cambeque Cacine, situada no sul do país, na região de Tombali, setor de Cacine, minha terra natal. Nessa localidade, durante a época chuvosa, a precariedade das estradas dificulta tanto a entrada quanto a saída de produtos na região. Especialmente em agosto, o mês mais chuvoso na Guiné-Bissau, essas condições representam uma barreira significativa para o transporte e escoamento de produtos como arroz, açúcar, farinha de trigo, entre outros. Isso ocorre devido à má qualidade das estradas, que frequentemente apresentam trechos intransitáveis, especialmente quando há veículos carregados. Nessas situações, os passageiros são obrigados a descer dos veículos e caminhar até pontos onde as condições de circulação são mais favoráveis, a fim de evitar possíveis acidentes.

Essa situação revela as dificuldades no escoamento e na coleta de alimentos, configurando-se como um obstáculo ao acesso a produtos, especialmente os de primeira necessidade. Esse cenário afeta, de forma direta ou indireta, a segurança alimentar, o bem-estar humano e a qualidade de vida. Viver com dignidade implica ter acesso a uma alimentação saudável e adequada, além de saúde, educação e outros recursos essenciais para que os indivíduos possam alcançar seus objetivos.

Efetivamente, é somente após a garantia de todas as situações mencionadas anteriormente que podemos abordar questões como saúde, alimentação, nutrição e segurança alimentar. Assim, fica evidente que todos esses aspectos estão interligados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em diferentes áreas. Isso exige o cultivo de produtos agrícolas saudáveis, evitando problemas como doenças decorrentes do uso de agrotóxicos e defensivos químicos. Considerando todos esses pontos, é possível identificar as principais causas históricas da insegurança alimentar no país. Com efeitos, de acordo com Santy (2021) a baixa produção de alimentos, dificuldade de acesso devido à renda familiar reduzida e aos preços elevados, limitações em recursos agrícolas essenciais, fragilidade estatal no setor de saúde, problemas relacionados à energia, água potável e saneamento básico, além da precariedade na educação para populações vulneráveis, esses fatores são considerados determinantes para a origem da insegurança alimentar na Guiné-Bissau

O país é amplamente reconhecido como um dos maiores produtores de castanha de caju, cuja produção representa a maioria das exportações nacionais. De acordo com dados do FMI

(2015), "a castanha de caju é o principal produto agrícola do país, sendo responsável por 85% a 90% do total das exportações. Nessa perspectiva, segundo Miguel de Barros (2022), para alcançar a fome zero até 2030, requer “muito mais do que uma simples campanha de caju bem-sucedida”³. A produção e comercialização de castanha de caju é uma das atividades agrícolas mais rentáveis do país. O país está entre os maiores produtores e exportadores de castanha de caju, que, além de gerar muitos empregos, é considerada uma das principais fontes de renda, especialmente para as populações que vivem na zona rural. Um percentual significativo da economia nacional é assegurado pela comercialização da castanha de caju. No entanto, essa comercialização é considerada temporária, e os rendimentos obtidos durante a safra não garantem a subsistência da população ao longo do ano, razão pela qual não pode ser vista como uma solução definitiva para a insegurança alimentar.

A agência de ONU (2022) apontou que o nível da pobreza impede 68% da população de ter dieta nutritiva no país. Nisso, Santy (2021) salienta que a segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau e suas políticas públicas deveriam começar pelo combate à fome e à subnutrição. Para ele, “O governo tem que construir uma Agenda Política Nacional coerente, de promoção e de incentivo agrícola à produção e transformação – o país não pode continuar a importar arroz da China para abastecer o mercado interno.” (Santy, 2021, p. 34).

A Guiné-Bissau enfrenta graves problemas de desnutrição e falta de alimentos básicos, que são essenciais para melhorar a saúde da população e reduzir diversas doenças. Além disso, o déficit energético agrava a situação, dificultando a atividade produtiva e contribuindo significativamente para a extrema pobreza no país (Santy, 2021). Diante dos desafios que o país enfrenta, cria-se uma impossibilidade de escolha, afastando a liberdade dos cidadãos e privando-os das oportunidades necessárias para viverem em condições dignas. Por exemplo, moradores de áreas rurais, especialmente da aldeia de Cambeque-Cacine, enfrentam dificuldades de acesso a recursos básicos como transporte, água potável, energia elétrica, saneamento básico e até mesmo mercados para compra e venda de alimentos. Essas condições, que o autor mencionado considera inseguras, resultam em uma situação de precariedade. Segundo Santy (2021), a falta de acesso a esses recursos coloca as populações em um estado

³ A comercialização de castanha de caju bem-sucedida demonstra evolução ou sucesso durante o período em que ocorre. Sabemos que, na Guiné-Bissau, nem sempre as campanhas alcançam esse êxito. Para considerar uma campanha bem-sucedida, é necessário que os agricultores consigam vender a castanha a um preço justo ou realizar trocas vantajosas com os comerciantes. Nesse contexto, podemos afirmar que a campanha foi bem-sucedida. No entanto, quando ocorre o oposto, como em anos anteriores, em que 1 kg de castanha custava apenas 100 FCFA, fica evidente que os agricultores saíram prejudicados ao final do processo.

de vulnerabilidade do qual não conseguem sair, devido à ausência de oportunidades que lhes permitam subsistir ou sobreviver por seus próprios meios.

Igual conforme o novo estudo do Programa Alimentar Mundial (PAM, 2022), revela que quase três quartos da população da Guiné-Bissau não têm acesso a uma dieta energética devido aos elevados níveis de pobreza. E o programa ainda afirma que ‘‘o sistema alimentar da Guiné-Bissau carece de alimentos nutritivos acessíveis, 50 por cento do arroz consumido é importado e quase todo o peixe é exportado, resultando numa disponibilidade limitada de alimentos ricos em nutrientes’’ (PAM, 2022).

O mesmo estudo aponta que as adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, que representam 40% do custo da dieta das famílias e possuem maiores necessidades nutricionais, não conseguem suprir essas necessidades devido ao alto custo dos alimentos ricos em nutrientes (PAM, 2022). Dessa forma, é possível analisar a pobreza não apenas como uma mera insuficiência de rendimentos, mas considerando outras dimensões fundamentais, como o acesso a alimentos básicos, recursos, serviços de saúde, educação, saneamento e a falta de oportunidades para que as populações possam desenvolver suas habilidades, conforme destaca Santy (2021, p. 54):

Para que as pessoas possam realizar seus potenciais e se tornarem agentes ativos nas ações econômicas, políticas, sociais e culturais da sociedade, ou seja, protagonistas de seus próprios processos de desenvolvimento, é essencial que isso seja um elemento central na luta contra a pobreza.

Soares (2022), admite a possibilidade existência oportunidades para expandir a oferta de alimentos nutritivos por meio da diversificação da produção e do fortalecimento da indústria. Da mesma forma, a soberania alimentar pode ser fortalecida com o aumento dos rendimentos e a diminuição da dependência da importação de arroz.

4 A IMPORTAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO DE ARROZ: UM DILEMA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR EM GUINÉ-BISSAU

A importação é um processo comercial que consiste na entrada de produtos provenientes de outros países com finalidade comercial (UNESP, 2003). Esse processo é comum em países com menor capacidade de autoabastecimento e autossustentação do mercado interno. Muitas vezes, essa prática gera concorrência externa na busca por mercadorias, pois a

importação não apenas incentiva a dependência, mas também desestimula a criação de empregos locais.

Muitos países, como a Guiné-Bissau, dependem de importações para abastecer seus mercados e exportam matérias-primas, como por exemplo, para a China, que poderiam ser aproveitados transformados de forma sustentável no país. Essa dinâmica resulta em prejuízos, como perda de valor agregado e aumento do desemprego. No entanto, esses impactos podem ser reduzidos por meio da promoção da agricultura familiar sustentável, que respeita o meio ambiente e atende às necessidades da população. Além disso, essa abordagem poderia gerar empregos, especialmente para os jovens, por meio de práticas de produção sustentável.

A Guiné-Bissau, devido à sua localização geográfica, apresenta chuvas abundantes e um solo arável, tornando-se um país favorável à produção de arroz, principal alimento de subsistência da população guineense. De acordo com a FAO, o país está entre os maiores consumidores de arroz na África Ocidental, com uma estimativa de 130 kg anuais por pessoa. Esses dados demonstram o elevado consumo desse cereal. Contudo, segundo Andrade (2021), a produção local é insuficiente para atender à demanda nacional, o que gera uma dependência significativa da importação desse alimento essencial para os guineenses. Essa situação desvaloriza o arroz produzido localmente, que, por sua vez, é cultivado sem o uso de produtos químicos prejudiciais à saúde pública.

Correia (2021) destaca que as importações, além de gerarem dependência externa e impactos negativos na economia nacional, também se tornaram um problema de saúde pública. Isso ocorre porque muitos produtos importados, especialmente o arroz, passam por processos de adulteração de validade. Ou seja, diversos produtos chegam ao país com prazos de validade vencidos e têm suas embalagens alteradas para receberem novas datas de validade, sendo posteriormente introduzidos no mercado nacional para consumo. Diante dessa realidade, observa-se que a dependência da importação de arroz, além de ser um fator agravante da insegurança alimentar e nutricional, também configura um grave problema de saúde pública.

A África ocidental, sobretudo Guiné-Bissau, ainda depende do mercado internacional para abastecer o seu. Para Una *et al.* (2020, p. 7), “o parceiro comercial tradicional da Guiné-Bissau era Portugal e este apresentava maior porcentagem sobre os números total das importações e exportações guineenses, mesmo na primeira década da independência.”

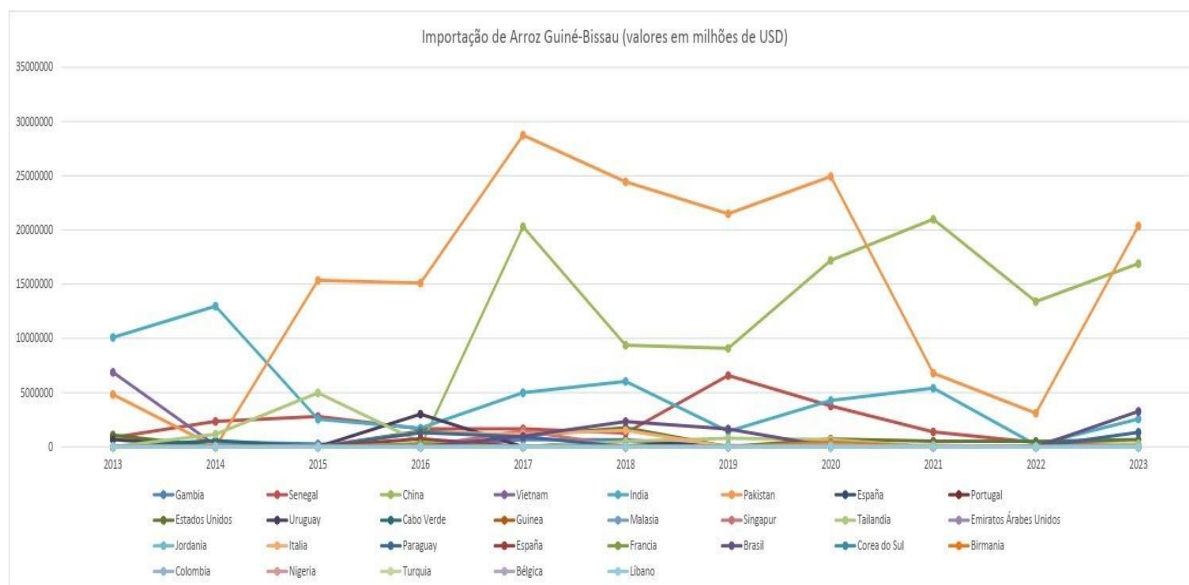
Sendo antigo colonizador, Portugal, apesar de ter praticado atrocidades durante o sistema colonial no processo de invasão da Guiné-Bissau — refletidas em múltiplos setores como educação, economia e política —, após a independência, permaneceu como o principal parceiro comercial do país. Além disso, assume o papel de "padrinho" no cenário internacional,

fato que pode ser atribuído tanto ao vínculo histórico quanto ao fator linguístico que aproxima as duas nações. Contudo, nas relações comerciais e parcerias no contexto capitalista, o que prevalece são os interesses e os retornos financeiros envolvidos. Nessa perspectiva, a “[...] Guiné-Bissau especificamente, a partir do início dos anos 1990, houve uma mudança no seu quadro de parceiros comerciais, concernente à sua importação e exportação.” (Una *et al.*, 2020, p. 7). Entretanto, o século XX marcou a virada no que diz respeito ao comércio entre a Guiné-Bissau e os parceiros.

Ao final dos anos 1980, a Índia passou a configurar-se no principal destino das exportações guineense e Senegal passou a ter um lugar destacado nas importações guineense, seguindo assim Portugal na lista dos principais parceiros (Una *et al.*, 2020, p. 160). Adicionalmente, os mesmos autores exemplificam outro aliado comercial da Guiné-Bissau, neste caso, a Índia, que “[...] se apresenta como parceiro permanente em virtude da sua inserção no comércio da castanha.” (Una *et al.*, 2020, p. 160). A referida castanha é exportada, sem nenhum tipo de transformação, quer dizer, é exportada de forma bruta, como afirma o relatório do Fundo Monetário Internacional FMI (2017) citado por Una *et al.* (2020, p. 163), “mostra que essa tendência se manteve. O país continua exportando cerca de 98% da sua castanha de caju bruta para a Índia.”

Além de ser o maior exportador para a Guiné-Bissau, a Índia está entre os países que mais exportam arroz para o país, conforme dados obtidos pelo Observatório de Complexidade Econômica (OCE)⁴. Em 2013, início do período analisado, a Índia liderava as importações com um valor de 10,1 milhões de dólares americanos, representando 39,8% do total. No entanto, esse percentual foi diminuindo devido à concorrência de outros países. Assim, apresentamos, em gráfico, as origens das importações de arroz da Guiné-Bissau de 2013 a 2023.

⁴ Fonte: OCE. Disponível em <https://oec.world/es/profile/bilateral-product/rice/reporter/gnb?selector1151id=2013&selector1205id=2017&selector1202id=2023&selector1201id=1&selector1655id=marketGrowth>. Acesso: 2 maio 2025.

Gráfico 1 - Importação de Arroz Guiné-Bissau (2013 a 2023)

Fonte: elaboração própria com base em *Observatorio de Complejidad Económica* (OEC).

Conforme apresentado no gráfico, no início do período analisado (2013), as principais origens das importações da Guiné-Bissau eram: Índia, com 10,1 milhões de dólares, correspondendo a 39,8%; Vietnã, com 6,88 milhões de dólares, representando 27,2%; Paquistão, com 4,83 milhões de dólares, equivalente a 19,16%; e Estados Unidos, com 1,9 milhão de dólares, ou 4,32%. No contexto do comércio continental e sub-regional, destacava-se o Senegal, com 858 mil dólares, representando 3,39%. Até 2014 a Índia dominava a origem das importações guineenses, o mesmo ano Paquistão que de acordo com dados de gráfico no ano anterior esteve na terceira posição neste ano começou seu dominar este mercado saindo de 4,83 milhões nos valores das importações para 10,9 milhões, este valor foi crescendo constantemente em 2023 as importações de arroz de origem paquistanês correspondia 20,4 milhões um crescimento de 15,6 milhões que corresponde a 322%

Durante a década analisada, houve um aumento expressivo na dependência do país em relação à importação de arroz. A principal transformação nesse cenário foi a mudança nas origens dessas importações e no crescimento associado a elas. O Paquistão e a China destacaram-se nesse processo, com ênfase na China, que em 2013 exportava apenas 870 mil dólares para o país. Dez anos depois, esse valor saltou para impressionantes 16 milhões de dólares, representando um crescimento extraordinário de 1.840%. Em contrapartida, a Índia, que liderava as importações em 2013 com 10,1 milhões de dólares, sofreu uma queda acentuada, registrando 2,55 milhões em 2023, uma redução de 7,54 milhões de dólares, equivalente a um decréscimo de 74,7%.

Entre 2015 e o primeiro trimestre de 2020, o Paquistão manteve-se como o principal fornecedor de arroz. No entanto, a partir do segundo semestre de 2020 até o segundo semestre de 2023, a liderança foi disputada com a China, que assumiu a posição de destaque nesse período. Apesar disso, o Paquistão retomou a liderança ao final desse intervalo. Além desses dois países, a Índia também se destacou, ocupando majoritariamente a terceira posição ao longo do período analisado. Em alguns momentos, essa posição foi disputada com outros países, como a Tailândia, que em 2015 ocupou o segundo lugar com 4,9 milhões de toneladas, representando 16,5% de um total de 30 milhões de dólares gastos pelo país. Em 2016, o Uruguai alcançou o segundo lugar com 3,01 milhões de toneladas, correspondendo a 10,9%, enquanto o Paraguai ficou na terceira posição com 1,3 milhões de toneladas, ou 4,74% de um gasto anual de 27 milhões de dólares. Esse cenário evidencia a relação comercial do país com nações da América Latina.

Em 2017, além dos grandes fornecedores de arroz para Guiné-Bissau já mencionados, Singapura apareceu em quarto lugar, com 1,49 milhões de dólares, ficando atrás do Paquistão (28,7 milhões), China (20,3 milhões) e Índia (4,99 milhões), em um gasto anual total de 64 milhões de dólares. Em 2018, o Brasil assumiu a quarta posição, com 2,34 milhões de dólares, representando 4,73% de um total de 49,4 milhões. O Senegal, que em 2014 alcançou o quarto lugar com 2,34 milhões de dólares (6,95% do total), ficou atrás somente de Índia, Paquistão e Uruguai.

Outro destaque ocorreu entre o segundo semestre de 2018 e o segundo semestre de 2019, quando o vizinho Senegal voltou a ocupar a mesma posição. Além disso, observa-se a presença de outros países africanos, embora com participações mais modestas, como Cabo Verde, que registrou 582 mil dólares (1,73%), e Gâmbia, com 455 mil dólares (1,35%). Em 2022, os Estados Unidos da América surgiram em quarto lugar, com 501 mil dólares, correspondendo a 2,84% das importações.

Portanto, em 2017, o país gastou 64 milhões de dólares na importação, o maior valor registrado no período analisado de 2013 a 2023. Já o menor valor foi gasto em 2022, totalizando 17 milhões de dólares. Assim a tabela que se segue ilustra os valores gastos pelo país na importação de arroz durante o período analisado.

Tabela 1 - Valores gastos pela GB na importação do arroz por ano (2013-2023)

Ano	Milhões \$
2013	25,3
2014	33,7
2015	30,2
2016	27,5
2017	64,4
2018	49,4
2019	41,1
2020	52,2
2021	35,3
2022	17,6
2023	45,6

Fonte: elaboração própria com base em *Observatorio de Complejidad Económica* (OEC).

À medida que a exportação de produtos em estado bruto aumenta, cresce também a necessidade de o país importar itens de primeira necessidade, especialmente arroz. Isso gera grande preocupação com a segurança alimentar e nutricional. O país em estudo apresenta deficiência alimentar, tendo um número considerável da sua população com carência alimentar.

A declaração da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO 2023 s/p) que definiu como um dos seus objetivos “alcançar a segurança alimentar para todos e garantir que as pessoas tenham acesso regular a alimentos de boa qualidade suficientes para terem uma vida ativa e saudável.” Contrariamente aos objetivos traçados pela FAO, constata-se que a maioria da população guineense não dispõe de escolhas quanto à alimentação, porque o produto mais consumido entre os guineenses, é o arroz, infelizmente, não cobre o consumo e a procura real da população.

Assim, De Andrade (2021) afirma, com base nos dados da FAO, que o arroz representa cerca de 62% da produção de cereais e mais ou menos 80% do consumo dos guineenses. E, dos “306 mil hectares da área de produção do arroz que dispõe o país, refere a instituição da ONU, apenas 67 mil são atualmente explorados. Entretanto, a produção nacional está longe de satisfazer as necessidades do consumo e da procura real da população, que é de cerca de

200.886 toneladas por ano, com uma produção que não passa das 112 mil toneladas”. Portanto, a Guiné-Bissau precisa de aproveitar a sua potencialidade agrícola (agricultura familiar⁵), por exemplo, e, conseqüentemente, incrementar a sua produção de cereais, que chamamos de arroz de pilão.

O arroz de pilão refere-se ao arroz produzido localmente, cujo descasco é feito por meio de pilão, geralmente a sua produção é natural. De forma mais simples, não envolve a ingerência dos produtos agrotóxicos, neste caso, a sua produção é totalmente orgânica. É um tipo de arroz proveniente da agricultura familiar, onde inicialmente a intenção não era/é para ser vendido, sendo exclusivamente para o consumo familiar. Mas hoje tudo está invertendo, pois, muitas vezes, agricultores familiares procuram vender seu arroz que geralmente não tem um preço fixo a fim de poder comprar, por exemplo: *o nhelem perfumado*, o mais caro (Pinto, 2009).

Com o avanço da tecnologia alcançando as áreas rurais da Guiné-Bissau, a produção de arroz passou a incorporar o uso de tratores em algumas regiões, embora ainda de forma limitada. Apesar dessa inovação, o manejo da terra permanece inalterado. A terra continua fértil, o que, em muitos casos, elimina a necessidade de fertilizantes. Além disso, o descasque do arroz, em certas localidades, começou a ser realizado com o auxílio de pequenas máquinas. É importante ressaltar que esse processo não compromete a qualidade do arroz produzido localmente, mas reduz significativamente o esforço físico das pessoas que tradicionalmente utilizavam pilões para essa tarefa. Isso demonstra como a tecnologia pode ser uma aliada essencial para diminuir a dependência externa e melhorar a eficiência no campo. Portanto, é possível afirmar que a produção de arroz na Guiné-Bissau, grosso modo, não envolve uso de agrotóxicos, no entanto, produz produtos de excelente qualidade e propícios ao consumo com segurança (Djalo, 2013).

Neste trabalho, o objetivo não é se opor ao processo de importação, mas sim destacar a capacidade de produção local como forma de fomentar a competitividade tanto no âmbito da importação quanto da exportação. Isso significa promover a autossuficiência do país e reduzir sua dependência externa. Além disso, busca-se garantir a qualidade dos produtos importados, considerando a saúde e o bem-estar da população.

Nos últimos tempos, o mundo tem testemunhado o aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). De acordo com Malta, D. C. *et al.* (2023), uma das principais causas

⁵ A agricultura familiar é um sistema de produção agrícola realizado por núcleos familiares, ou seja, membros de uma família que respeitam as diversidades produtivas e as tradições culturais da localidade. Além disso, é um sistema produtivo essencial para o desenvolvimento rural e para a segurança alimentar do país, desempenhando um papel fundamental na geração de renda e empregos.

desses problemas está relacionada ao consumo de alimentos ultraprocessados ou industrializados. No caso da Guiné-Bissau, o crescimento dessas doenças está associado ao consumo de produtos importados, já que o país não possui grandes indústrias para produção local.

Assim, o arroz produzido por alguns agricultores familiares guineenses é vendido a um preço mais baixo com o objetivo de adquirir o arroz importado, que possui um custo elevado, como, por exemplo, o "nhelem perfumadu" (arroz perfumado). Esse produto, apesar de sua qualidade questionável, destaca-se entre os mais valorizados. Conforme Pinto (2009, p. 49), "a população tem preferência pelo 'arroz perfumado', importado da Tailândia, do Paquistão, da China". Essa preferência faz com que tanto o foco do Estado quanto o da população se desloquem em relação à produção local de arroz.

Nesse contexto, o consumo de arroz importado tem impacto negativo nos pacientes com DCNT, agravando seus quadros clínicos e apresentando efeitos ainda mais severos em pessoas diabéticas. Com frequência, esses alimentos contêm altos teores de açúcar, sendo consumidos sem a devida orientação de profissionais de saúde que acompanham o estado clínico dos pacientes. Além disso, nutricionistas alertam que o arroz de saco ou arroz estrangeiro oferece pouco ou nenhum benefício nutricional, sendo especialmente prejudicial para pacientes com condições de saúde delicadas, como os que sofrem de DCNT.

Além de problemas de saúde, os produtos importados reduzem a capacidade de escolha dos alimentos adequados à saúde uma vez que a sua aquisição depende do poder econômico, dada a vulnerabilidade econômica que afeta maior parte da população, fato que sustenta escassez dos alimentos, um fenômeno que reduz, em grande medida, a possibilidade de escolhas nutritivas, um acontecimento que afeta muitos países em vias do desenvolvimento, como a Guiné-Bissau sendo um país que depende dos produtos externos como arroz, açúcar, farinha de trigo, óleo cebola entre outros. Para abastecer seu mercado com produtos de primeira necessidade, um fato que está ligado com a insegurança alimentar e nutricional neste país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de grande importância compreender a relação entre a importação de produtos para a Guiné-Bissau e a dependência externa na subsistência nacional, que, por sua vez, impacta significativamente a produção local e intensifica a insegurança alimentar e nutricional no país. Essa dependência está inserida no contexto da manutenção da colonialidade do poder exercida

pelo Norte Global sobre o Sul Global. Fica evidente que a maioria dos países dependentes da importação de produtos de primeira necessidade, assim como aqueles que exportam seus recursos de maneira excessiva, são geralmente nações em desenvolvimento, como é o caso de muitos países africanos, grupo no qual a Guiné-Bissau se encontra.

Para atenuar a dependência, o país precisa criar políticas públicas que incentivam e valorizam a produção local, assim como investir nas pesquisas para identificar as razões da grande dependência, como uma pesquisa seria conduzida pelos agrônomos e conhecedores de áreas similares para desenvolvimento rural, criação de mercado interno da venda de produtos locais. Do mesmo modo, são ações que possam ajudar a combater a insegurança alimentar e nutricional, pois é evidente que quando se fala de escassez de alimentos de qualidade, é impossível falar da segurança alimentar nem autonomia alimentar. Nisso, qual é a escolha dos guineenses enquanto há produtos importados em todo o país, principalmente para as zonas rurais, locais em que se verifica o desconhecimento dos efeitos dos importados para Guiné-Bissau, principalmente o arroz. Pois, a Guiné-Bissau, país com muitas riquezas naturais e com grande capacidade de produção de alimentos, se for bem administrada. um país rico em diversidade cultural, terra virgem para ser explorado com diferentes técnicas de produção dos alimentos em oito (8) regiões do país, são formas de cultivar extraordinário que precisa ser conservado e promover essa técnica nas regiões através da parceria das organizações da sociedade civil em cada local.

Portanto, considera-se segurança alimentar quando a população possui acesso regular aos alimentos com qualidade apropriada e satisfatória para uma vida ativa de escolher e diversificar o seu modo alimentar, sem escassez de tais produtos, entretanto, a Guiné-Bissau, com a sua grande fertilidade da terra para produção de arroz, o principal produto que assegura a subsistência do seu povo. Nessa visão, o país dispõe de condições que poderiam torná-lo num dos exportadores de alimentos para o consumo, por exemplo, arroz. Mas nota-se que o governo investe muito pouco no setor agrícola. Fato que cria extrema dependência na importação, o que lhe impossibilita de garantir a segurança alimentar para seu povo. A soberania alimentar garante uma agricultura culturalmente adequada, promovendo a participação ativa das comunidades locais para combater a fome e a desnutrição. No entanto, a priorização de práticas como a importação em larga escala de arroz ensacado tem contribuído para a falta de autonomia alimentar, um fator diretamente relacionado à insegurança alimentar e nutricional no país.

REFERÊNCIAS

- ALABRESE, Mariagrazia. Os contornos da segurança alimentar no âmbito do sistema jurídico multilateral de comércio. **Revista da faculdade de direito da UFG**, Goiás, v.43.20, p.01 08, 2019.
- ALEM, Daniel; OLIVEIRA, Gilca; OLIVEIRA, Jaqueline; IMBIRUSSÚ, Érica. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. **XX Encontro Nacional de Economia Política**, 2015. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_oliveira_seguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris.
- BARROS, Miguel. **ONU NWUS** perspectiva global reportagem humamana. **Crise global dispara insegurança alimentar de 14% para 21% na Guiné-Bissau**. 20 de maio de 2022, Disponível em <<https://news.un.org/pt/story/2022/05/1789592>> Acesso em: 2 abr. 2024.
- BARY, Cadijatu Jaló. **Bissau Mercado Virtual SARM** visitam **Wisun - Venda de arroz de pilão** e entrevista com nutricionista **Cadijatu Jalo Bary** sobre valores nutricional do Arroz de pilom. <https://www.facebook.com/albano.barai/videos/539519170537149>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Lei De Segurança Alimentar E Nutricional. Diário Federal Da República Federativa Do Brasil, Brasília 26 de ago. 2010. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#>:. Acesso em: 12 abr. 2022.
- CARRASCAL, Ivette. Sociedade Civil e Segurança Alimentar na CPLP: O papel da rede da sociedade civil para a Segurança Alimentar e Nutricional Redsan-Cplp. Política Hoje. (2020).
- CORREIA, Domingos. PJ descobre e desmantela rede de utilização de arroz fora do prazo. (TGB) Televisão da Guiné-Bissau. facebook: 26 de abril 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=2266491423484250>>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- DE ANDRADE, Francisco. Guiné-Bissau importa mais de 100 mil toneladas de arroz por ano. **Forbes África Lusófona**, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://www.forbesafricalusofona.com/guine-bissau-importa-mais-de-100-mil-toneladas-de-arroz-por-ano/>. Acesso em: 18 mar. 2023.
- DJALÓ, Abdulai Sombille. **Desenvolvimento sócio-econômico e dependência da Guiné-Bissau: caso do caju**, 2013. Florianópolis: Dissertação, programa de pós-graduação em sociologia política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 125 F.
- FAO in Portugal. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **FAO** 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/portugal/acerca-de/pt/>. Acesso em: 12 de jun. 2023

FMI. The costs of fragility in Guinea-Bissau: chronic political instability. FMI., n.15, p- .1-51. 2015. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr15195.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Aila António. Sociedade civil e soberania alimentar: desafios da Rede de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau, 2019 (RESSAN-GB). Monografia.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências/Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017

LEÃO, Marília (org.). **O Direito Humano à Alimentação Adequada e O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

MALTA, D. C. et al. Carga das Doenças Crônicas Não Transmissíveis nos Países de Língua Portuguesa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 5, p. 1549–1562, maio 2023.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. **Caderno segurança alimentar**. Brasil, 2000.

ONU - Organização das Nações Unidas. Resolução ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris. Disponível em: [https://docs.un.org/A/RES/217\(III\)](https://docs.un.org/A/RES/217(III)). Acesso em: 3 mar. 2023.

PAM, revela que quase três quartos da população da Guiné-Bissau não têm acesso a uma dieta energética devido aos elevados níveis de pobreza. ONU nwns perspectiva global reportagem humanana. **Pobreza impede 68% da população da Guiné-Bissau de ter dieta nutritiva**.

Disponível em

<https://news.un.org/pt/story/2022/04/1785502#:~:text=Nutri%C3%A7%C3%A3o%20Apropria,depend%C3%A2ncia%20da%20importa%C3%A7%C3%A3o%20do%20arroz%E2%80%99>
Acesso em: 25 abr. 2025.

PINTO, Paula. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau**, Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto. Portugal). 2009

SANHA, Bambo. **Crise do arroz na Guiné-Bissau**. DW Economia/guiné-bissau. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/crise-do-arroz-na-guin%C3%A9-bissau/a68843617#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Minist%C3%A9rio%20do,no%20total%20conumido%20pela%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso: 20 de jun. 2023.

SANTY, Amílcar Rodrigues Afonso. **Panorama das políticas públicas e segurança alimentar e nutricional em Guiné-Bissau: o acesso à alimentação, um direito de todos**. 2021.

SOARES, Alexandre. Perspectiva global reportagem humanana. **Pobreza impede 68% da população da Guiné-Bissau de ter dieta nutritiva**. 8 abr. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/04/1785502#:~:text=Nutri%C3%A7%C3%A3o%20Apropria,depend%C3%A2ncia%20da%20importa%C3%A7%C3%A3o%20do%20arroz%E2%80%99>
Acesso em: 25 abr. 2022.

UNA, Lázaro Uassena; CASTILLA-CARRASCAL, Ivette Tatiana; SEIDI, Mamadu; CAMPOS, Cinthia Regina; Crises Internas e Integração Regional: O Caso da Guiné-Bissau na CEDEAO. **Política de hoje**. Pernambuco, V. 29, nº. 1, p. 154 – 176, 2020.

UNESP: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" **Manual de importação da unesp**. Pró-reitora de administração, São Paulo, 2003.